

## Gênero e Ciberespaço na Panamazônia: o caso da rede “CiberAmazonas” a partir de teorias feministas de ativismo transnacional

*Género y Ciberespaço en la Panamazônia: la red “CiberAmazonas” a través de las teorías feministas de activismo transnacional*

*Gender and Cyberspace in the Panamazon: “CiberAmazonas” though the feminist theories of transnational activism*

**Brenda Moreira Marques**

**Brenda Thainá Cardoso de Castro**

**Resumo:** O presente trabalho busca apresentar a atuação das “CiberAmazonas” na Panamazônia (2017-2018), rede (ciber)feminista formada durante o VIII Fórum Social Panamazônico (2017) por mulheres ribeirinhas, quilombolas, indígenas e urbanas, do Brasil, Colômbia, Equador e Peru, que lutam em defesa dos recursos naturais e da justiça de gênero. A partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, procura-se discutir a trajetória da rede a partir de um diálogo entre os modelos teóricos de ativismo e ciberativismo feminista (transnacional) de Gillian Youngs, Valentine Moghadam e as reflexões decoloniais de Roth (2011) e Gajjala & Mamiddipudi (1999). Entre os principais resultados, está o entendimento do diferencial das pautas feministas de mulheres panamazônicas frente às lutas socioambientais, as inadequações dos modelos teóricos tradicionais de análise e os modos criativos de engajamento das mulheres da região.

**Palavras-chave:** CiberAmazonas. Panamazônia. Ciberativismo Feminista.

**Resumen:** El presente trabajo busca presentar la actuación de las "CiberAmazonas" en la Panamazonia (2017-2018), red (ciber) feminista formada durante el VIII Foro Social Panamazónico (2017), por mujeres ribereñas, quilombolas, indígenas y urbanas, de Brasil, Colombia, Ecuador y Perú, que luchan en defensa de los recursos naturales y de la justicia de género. A partir de una investigación bibliográfica y documental, se busca discutir la trayectoria de la red a partir de un diálogo entre los modelos teóricos de activismo y ciberativismo feminista (transnacional) de Gillian Youngs, Valentine Moghadam y las reflexiones decoloniales de Roth (2011) y Gajjala y Mamiddipudi (1999). Entre los principales resultados está el entendimiento del diferencial de las pautas feministas de mujeres panamazónicas frente a las luchas socioambientales, las inadecuaciones de los modelos teóricos tradicionales de análisis y los modos creativos de compromiso de las mujeres de la región.

**Palabras clave:** CiberAmazonas. Panamazônia. Ciberativismo Feminista.

**Abstract:** The present article intends to present the trajectory of the "CiberAmazonas" in Panamazonia (2017-2018), a cyber feminist network formed during the VIII Panamazonic Social Forum (2017), by riverside-women, quilombola-women, indigenous and urban women from Brazil, Colombia, Ecuador and Peru, who are engaged to protect natural resources and promote gender justice. Based on a bibliographical and documentary research, it is sought to discuss the network's trajectory through a dialogue between the theoretical models of transnational feminist activism of Gillian Youngs, Valentine Moghadam and the decolonial reflections of Roth (2011) and Gajjala & Mamiddipudi (1999). The results suggest a new understanding regarding their feminist agenda that are related to environmental struggles, also, it is possible to identify the inadequacies of the traditional theoretical models of analysis and the creative ways panamazon women mobilize themselves.

**Keywords:** CiberAmazonas. Panamazônia. Feminist Cyberactivism.

**Brenda Moreira Marques** – Graduanda em Relações Internacionais, UNAMA e pesquisadora do GENERI (Grupo de Estudos de Gênero em Relações Internacionais. E-mail: [brenda.moreiramarques@gmail.com](mailto:brenda.moreiramarques@gmail.com))

**Brenda Thainá Cardoso de Castro** – MSc. Ciência Política (UFPA) e coordenadora do GENERI. E-mail: [brendatcc@gmail.com](mailto:brendatcc@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, este artigo busca explorar a trajetória do projeto da Rede de Comunicação comunitária e alternativa “CiberAmazonas”, que foi desenvolvido no marco do **VIII Fórum Social Panamazônico**, em 2017, inspirado “no mito das Amazonas” e convocada como parte de dois projetos complementares (de comunicação alternativa na panamazônia): *La Nave* e *Mídia dos Povos*.

Tal rede se mostra relevante no contexto global de ativismos de mulheres, na medida em que corresponde a uma rede transnacional de comunicadoras panamazônicas: mulheres indígenas, quilombolas, urbanas e ribeirinhas, do Brasil, Colômbia, Equador e Peru, engajadas em lutas socio-ambientais dos povos amazônicos, as quais reconhecem a particularidade das experiências coletivas das mulheres da região, bem como seus protagonismos.

Por esta razão, este artigo aponta a importância de discutir tais redes transnacionais – no caso deste trabalho, as CiberAmazonas – dentro de uma ótica feminista nas Relações Internacionais, fazendo o uso das perspectivas teóricas já exploradas por autoras feministas contemporâneas como Valentine Moghadam (2015), Gillian Youngs (2015) e Roth (2011).

A primeira parte do trabalho discorre a respeito do panorama teórico sobre as perspectivas feministas nas Relações Internacionais; faz, também, uma comparação entre as teorias tradicionais de ativismo transnacional e as teóricas feministas de ciberativismos transnacionais; após isto, o trabalho introduz as críticas feministas pós e decoloniais sobre ciberativismos de mulheres.

Em sua segunda parte, os tópicos se dividem em: Redes de Comunicação transnacionais e ativismos de mulheres no contexto do VIII Fórum Social Panamazônico; a trajetória do projeto transnacional CiberAmazonas; analisando as “CiberAmazonas” através das abordagens feministas de ativismo/ciberativismo transnacional e de contexto pós-colonial; e considerações finais.

### 1. Das teorias feministas sobre ativismo transnacional às abordagens de ciberativismo de mulheres

Na era da globalização, percebe-se que se diversificaram as formas de mobilização política de grupos lesionados, nos mais diversos contextos do globo, com objetivo de chamar a atenção dos Estados e da sociedade civil para o atendimento de suas demandas, à medida em que podem pressionar atores violadores a modificarem seus comportamentos com o apoio da opinião pública local e internacional.

Isto posto, em princípio, entende-se que há uma vasta literatura produzida a respeito das formas de mobilização política que, com o efeito das tecnologias, a ampliação da participação de atores sociais para além do Estado e da possibilidade de conectividade, adquirem novas plataformas nas arenas políticas globais, entrando no que as teóricas precursoras Keck e Sikkink (1999) chamam de Redes de Ativismo Transnacional.

Tais redes correspondem às formas de ativismo que se dão através da coalizão de atores sociais (movimentos sociais, ONGs, Organizações Internacionais Governamentais, associações, cooperativas, personalidades públicas, entre outros) em torno de uma “rede”, cuja articulação e estratégias de atuação se combinam e ultrapassam as fronteiras dos Estados, em busca de um objetivo comum (ibidem).

Contudo, quando se fala em ativismos de mulheres feministas no cenário internacional, diversas intelectuais, como Moghadam (2015) e Gillian Youngs (2015), do campo das Relações In-

ternacionais, apontam a necessidade de reconstruir um modelo teórico adequado a estes formatos “alternativos” de ação coletiva organizada, que se distinguem em grande medida do que fora previsto nos modelos teóricos tradicionais de ativismo transnacional: a começar pelo fato de que redes ativistas transnacionais enxergam a realidade internacional em um contexto globalizado e de dominação capitalista – sem buscar, necessariamente, alterar o seu caráter sistêmico – enquanto que as redes feministas transnacionais partem da ideia que a estrutura internacional é patriarcal, neoliberal e de masculinidade hegemônica, sendo, por isso, necessário buscar a sua transformação social, não somente a modificação do comportamento do ator violador (Estado).

Nesta lógica, o trabalho da teórica feminista Moghadam (2015), na obra *The Oxford Handbook of Transnational Feminisms*, é um dos principais nomes que discutem a definição dessas novas formas de ativismo transnacional – definido como a forma de ativismo em coalizão de *atoras*, que ultrapassa as fronteiras dos Estados e que, de modo geral, busca punir e pressionar o comportamento de atores violadores de Direitos Fundamentais – liderados por mulheres no globo, nos mais diferentes contextos ao longo das últimas décadas, em seus modelos teóricos.

Segundo a autora, classificam-se como mobilizações feministas internacionais: “envolvendo grupos de mulheres de mais de um país ou região, que através de uma identidade ideológica coletiva, buscam melhorar as condições de vida das mulheres em determinado contexto ou sentido” (MOGHADAM, 2015, *apud* MARQUES, 2019, p. 67), as quais estariam difundidas dentro e contra a estrutura masculinizada e patriarcal do neoliberalismo do sistema internacional.

Em segundo lugar, a autora oferece classificações quanto às principais lógicas de articulação, padrões ideológicos mais comuns, tipos contemporâneos e níveis de influências, que podem ser vistos de forma mais específica abaixo:

As principais estratégias adotadas pelas redes feministas transnacionais são: (i) *grassroots organizing* - mobilizar pressões contra Estados através de coalizões regionais institucionalizadas; (ii) *Public advocacy and education* - participar de fóruns multilaterais e arenas políticas intergovernamentais; (iii) *Research and analysis* - criação de uma agenda de publicações e pesquisas, para denunciar/influenciar a ampliação de entendimento de um fenômeno ligado às mulheres; (iv) *Coalition building* - mobilizar, recrutar e treinar a participação da sociedade civil em diferentes esferas; (v) *Lobbying* - alcançar conquistas políticas internacionais a partir de lobbies feministas e na agenda de atores; (vi) *Public Protests* - protestos públicos para sensibilizar a sociedade civil; (vii) *Humanitarian action and International Solidarity* - ação humanitária prática (MOGHADAM, 2015, p. 65, tradução nossa).

Deste modo, percebe-se que os modelos teóricos estabelecidos por Moghadam (2013, 2015) trabalham a categorização das redes transnacionais feministas em torno de três princípios básicos: a identificação de uma insatisfação com a desigualdade de gênero; o reconhecimento das mulheres como categoria social sujeita a violências específicas; e a criação de estratégias de ação articuladas em diferentes níveis, buscando a pressão de transformação do comportamento de diversos atores, não somente o Estado.

Todavia, no que se refere aos estudos da própria sociologia dos movimentos sociais, conforme explica Alcântara (2016) no trabalho “Ciberativismo e a Dimensão Comunicativa dos Movi-

mentos Sociais: repertórios, organização e difusão”, ainda é oferecida pouca atenção às dinâmicas comunicativas dos ativismos de movimentos sociais, apesar da crescente importância dos ciberativismos, os quais emergem com grande força no cenário internacional e na América Latina.

Não à toa, dentro do campo de estudos de ativismos transnacionais, a bibliografia feminista de Moghadam apresenta grandes limitações quando é usada para analisar tais movimentos: pouco explora a classificação, impacto e novos modos de atuação dessas redes feministas propagadas nas plataformas digitais, cujo conteúdo, acesso e forma de mobilização atingem diferentes regiões no globo, abrindo margem para a necessidade de ampliar o modelo teórico em direção a essas novas realidades da mobilização social feminista no ambiente internacional, ao mesmo tempo em que exploram modos alternativos de democratizar, denunciar e cobrar ações efetivas dos atores sociais.

Se, por um lado, autoras internacionalistas como Moghadam (2015) e as teóricas Keck e Sikkink (1999) apresentam limitações na análise desse fenômeno de ativismo feminista no cenário internacional do século XXI, há, na prática, uma quantidade considerável de trabalhos brasileiros que têm abordado o surgimento de uma espécie de “quarta onda feminista”, cuja principal característica corresponde ao caráter digital em seu meio de comunicação/propagação e, conseqüentemente, às novas ferramentas proporcionadas pelo fenômeno do ciberativismos de mulheres, a citar: Rocha (2017) e Perez e Ricoldi (2018).

Por conseguinte, considerando que o foco da atual abordagem está nos (ciber)ativismos feministas em sua atuação transnacional, o presente artigo adota o uso do modelo teórico de Moghadam em diálogo com as ideias de Gillian Youngs (2015), em seu trabalho “Transformações digitais da teoria e prática dos feminismos transnacionais”. Isto porque Youngs (2015) parte da noção de que as NTICs (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação) modificaram de forma decisiva a construção de espaços políticos e de engajamento transnacional para as mulheres, considerando que a tecnologia, a globalização e as redes sociais já demonstraram potencial positivo para desagregar e denunciar contextos dominados por homens, bem como as tradições masculinizadas e inferiorizantes desses ambientes.

A autora identifica nas NTICs uma espécie de “virada de jogo” a favor dos ativismos feministas, marcando uma nova era da luta de mulheres, uma vez que, para ela, grande parte dos meios de comunicação do passado seguiam padrões de produção de conteúdo e acessos verticalizados, contexto que mudou com a entrada das NTICs, que permitiriam a abertura horizontalizada (aqui chamada de *sociospacial*) da produção de conteúdo por mulheres e do alcance múltiplo e criativo desse conteúdo de forma amplificada – contra as normas sexistas no que se refere à produção de conteúdo e comunicação no sistema internacional, colocando assim, ao mesmo tempo, “mulheres em contato direto umas com as outras, seja local, nacional ou globalmente” (YOUNGS, 2015, p. 874).

As estratégias de engajamento e mobilização adotadas pelas redes feministas transnacionais passam a serem adaptadas na era das NTICs, em uma combinação de ações *offline* e *online*, que vão desde a comunicação em massa provocada pelas redes sociais – incluindo o serviço de e-mails e páginas da internet –, aos novos estilos visuais de linguagem explorados nas diferentes plataformas, de modo que as chamadas redes ciberativistas, isto é, as redes ambientadas nas ferramentas de NTICs, abrangem dois aspectos particulares do ativismo: informação e comunicação, mas não estão restritas a eles, o que nos permite afirmar que a entrada das NTICs na lógica do ativismo facilitou que muitas mulheres passassem a atuar “transnacionalmente” – através das fronteiras dos países (ibidem).

Com as NTICs, houve uma drástica mudança, também, nas características e condições da esfera pública e política para as mulheres, na formação do que Youngs (2015) nomeia de **esferas públicas digitais** (*digital public spheres*), que seriam uma nova ruptura na tradicional divisão público-privado para as mulheres, em direção a uma plataforma coletiva e desestabilizadora das estruturas de poder mundial, por estar aberta às vozes marginalizadas de outras atoras e atores sociais, para além dos Estados, das ONGs, das OIs e da diplomacia.

Neste sentido, em trabalhos prévios, Youngs (1999) aponta diferentes modos dessa ruptura de poder ao afirmar que as NTICs oferecem espaços de emancipação menos restritos à ideia de tempo e espaço – principalmente se formos pensar na dificuldade de acesso das mulheres a determinadas esferas, por terem uma extensa carga de trabalho dentro e fora de casa, questão que passa a ser flexibilizada neste novo contexto, já que, na esfera pública digital, as circunstâncias de acesso de espaços são mais flexíveis e de acesso móvel.

## 2. “Pode o subalterno falar no ciberespaço?”: Introduzindo críticas feministas pós-coloniais sobre ciberativismo de mulheres

Em se tratando das críticas e limitações dos modelos teóricos feministas de ciberativismo, Travers (2003) traz uma importante contribuição a esta discussão quando questiona até que ponto as redes ciberfeministas transnacionais têm uma atuação democratizada – em vez de limitada/elitizada –, considerando que nem todas as mulheres têm acesso igualitário à internet e redes sociais *online*.

As contribuições feministas pós e decoloniais aos estudos de ciberativismo de mulheres também se fazem necessárias porque as questões ligadas à construção do corpo – como gênero e raça – assumem diferentes papéis no mundo do ciberespaço; um exemplo está na proposta de Gajjala e Mamidipudi (2017): “Cyberfeminism, technology, and international 'development’”, quando sugere que se leve em conta as formas criativas com que as mulheres do hemisfério sul podem usar a internet para ampliarem suas vozes sem, contudo, ignorar que a internet já é um espaço permeado de construções sociais geopolíticas, o que pode incluir “bagagem da violência colonial” imposta sobre esses territórios e sobre as explorações de gênero naturalizadas nesses contextos.

Conforme Roth (2011) coloca: “o ciberespaço promete criar um espaço para re-mapeamento de corpos e identidades [...] na reestruturação das estruturas culturais e sociais [...]”, mas, apesar disso, persistem ali performances e representações coniventes com imagens racistas, heterossexualizadas, sexistas e dicotômicas sobre as mulheres do globo, razão pela qual se torna ímpar acrescentar à discussão de ciberespaço feminista um novo foco analítico, que seja capaz de discutir e problematizar essa nova variedade de representações patriarcais, engajamentos e atores.

Partindo da re-adaptação da pergunta da teórica pós-colonial Gayatri Spivak, Roth (2011) argumenta: “pode a subalterna falar no ciberespaço?”, colocando em pauta os limites e cenários colocados pelas NTICs em seu entrelaçamento e intervenções nas performances e construções de raça, gênero e de desestabilização de categorias monolíticas. Em outras palavras, e fazendo o uso de pressupostos feministas decoloniais (como o binômio de sistema-mundo moderno/colonial), a autora sugere que as noções neoliberais hegemônicas e popularizadas sobre a globalização reforçam desigualdades históricas e colonialidades no que se refere à participação, representação, reconhecimento e agenciamento, e, com isso, questiona até que ponto ou de que maneiras o ciberespaço não se encontra relacionado e marcado por essas constituições estruturais de poder nas *body politics* que cruzam o espaço *offline* para o espaço *online*.

Nas palavras de Roth (2011, p. 83, tradução nossa):

Especialmente os sujeitos marginalizados precisam de referências corporais e dependem de entidades estrategicamente essencialistas para expressar sua preocupação e reivindicar poder, reconhecimento e ação. Nos discursos pós-estruturalistas, a importância do orador ou autor e valores como experiência e subjetividade são radicalmente questionados. Grupos especialmente marginalizados, no entanto, dependem desses valores de uma maneira particular. Se uma voz é reconhecida e autorizada, depende de quem reivindica essa voz.

Assim sendo, de modo complementar, com base nos textos de autoras como Spivak e Mohanty, feministas do sul global – em especial latinas e negras – discordam da ideia de que o ciberativismo necessariamente seja o caminho de construção de uma identidade universal e coletiva a ser compartilhada pelas mulheres, e, em contraposição a essa ideia, argumentam que as coletividades criadas em identidades monolíticas e “presumidas”/generalizadas podem promover a exclusão de grupos e acentuar assimetrias de poder nas relações geopolíticas da produção e ativismo feminista norte-sul (HERNANDEZ, *apud* ROTH, 2011).

### 3. Redes de Comunicação Transnacionais e ativismos de mulheres no contexto do VIII Fórum Social Panamazônico

O VIII Fórum Social Panamazônico (FOSPA) foi um evento histórico, ocorrido entre os dias 28 de abril e 1º de maio, que reuniu em Tarapoto, no Peru, povos e grupos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, com o objetivo de fortalecer a luta pelos seus direitos, pela preservação e proteção da Amazônia de atividades predatórias. Mais especificamente, reuniram-se aproximadamente 1.500 pessoas de 9 países da Panamazônia e dos Andes, buscando manter como ponto central “debates sobre como colocar em prática modelos alternativos, vindos de baixo, de gestão sobre território da Amazônia no Brasil, Equador, Venezuela, Bolívia, República Cooperativa da Guiana, Suriname, Colômbia, Peru e Guiana” (AMAZONIA REAL, 2017, sp).

Tal evento pode ser considerado um importante vetor de articulações, criação de estratégias, contato entre diferentes povos, bem como de denúncias e de comunicação. No que se refere às plataformas ativistas de comunicação, foi enxergada a importância da comunicação panamazônica criada e disseminada pelas pessoas da região, por diferentes e múltiplos objetivos: proteger a memória dos povos, disseminar notícias relevantes, estabelecer alianças coletivas de luta e apresentar os problemas vividos no território amazônico.

Assim, o evento apresentou características diferenciadas no campo da comunicação e no incentivo de formatos de mídias elaborados pelos povos, iniciativas que vão desde a estrutura do evento, que contou com a exibição ao vivo 24 horas na plataforma *Youtube* (TV Canal Fospa), o apoio de divulgação visual da sua conta de *Instagram* (@fospaperu) e o projeto radiofônico e ciberativista chamado Mídia dos Povos (2015) (*ibidem*).

De modo mais específico, entre as principais manifestações de resistência difundidas no FOSPA no campo da comunicação ativista está a Nave Rádio, espaço onde os grupos e indivíduos compartilharam suas histórias, lutas e experiências coletivas, no programa “Vozes da Amazônia”, com participantes do projeto Mídia dos Povos, cobertura pela Agência de Notícias Pulsar, La Nave (rede radiofônica exibida durante todo o evento e formada por 30 comunicadores panamazônicos/as da floresta).

Por esta razão, é fato que a comunicação esteve entre os principais eixos temáticos do FOSPA, principalmente no que se refere às resistências de mulheres, já que houve uma grande preocupação com a organização e a programação do evento para tornar visíveis as vozes das demandas e da atuação das mulheres de forma transversal nas discussões de descolonização, megaprojetos, soberania, segurança alimentar, mudanças climáticas, educação e cidades; por esta razão, durante a edição de 2017, “no Fórum, além de terem um espaço específico, elas ainda estiveram de forma transversal em todos os espaços”, sendo uma das novidades a realização do Tribunal de Justiça e Defesa dos Direitos das Mulheres Amazônicas e Andinas e o fortalecimento das Mídias e ciberativismo de mulheres panamazônicas desde a criação da página do *Facebook* #MujeresEnElVIII Fospa (Fig. 1).

**Figura 1** - Página do *Facebook* #Mujeres En El VIII Fospa (2017), criada para divulgar as discussões, produção de mídia e engajamento de mulheres panamazônicas.



Fonte: Página do *Facebook* *Mujeres en el VIII Fospa* (2017).

Além das mídias #MujeresEnElVIII Fospa, o evento contou com a participação de mulheres pertencentes a mais de 60 movimentos e organizações sociais (Articulación Feminista Marcosur, Centro de La Mujer Peruana Flora Tristan, Instituição DEMUS, Comunidad Mawidanche Alto Antiquina, ONG GRUFIDES, Proyecto Andino de Tecnologías Campesinas - PRATEC, OXFAM, SINDSEP/AP, IDECA, Movimento Xingu Vivo para Sempre, ONAMIAP, entre outras), além de ter sido o evento propulsor da articulação da rede CiberAmazonas (AGÊNCIA PULSAR, 2017).

#### 4. Surgimento do projeto transnacional “CiberAmazonas” (2017 - 2018)

O projeto da Rede de Comunicação comunitária e alternativa “CiberAmazonas” foi desenvolvido no marco do VIII Fórum Social Panamazônico, em 2017, inspirado “no mito das Amazonas” e convocadas como parte de dois projetos complementares (de comunicação alternativa na panamazônia): La Nave e Mídia dos Povo. Ademais, esta corresponde a uma rede transnacional de comunicadoras panamazônicas: mulheres indígenas, quilombolas, urbanas e ribeirinhas, do Brasil, Colômbia, Equador e Peru, em sua maioria articulistas, artistas, blogueiras, jornalistas e cineastas (AGENCIA PULSAR, 2017).

No Portal Pororoça de Comunicador@s Amazonic@s (2017), as CiberAmazonas se definem como uma organização (feminista) em rede que emprega o ciberespaço como instrumento de lutas que também são comunicacionais e que surge como plataforma para mostrar ao mundo quem são as mulheres, meninas e jovens e suas experiências nos territórios amazônicos, longe dos meios de comunicação tradicionais e de predominância patriarcal-masculinizada.

Desta maneira, a atuação das CiberAmazonas é pautada não somente no empoderamento, protagonismo de mulheres panamazônicas e o exercício de luta pelos seus direitos humanos e os direitos da natureza amazônica, mas também em princípios básicos da luta antipatriarcal, contra a violação (física e cultural) de seus corpos-territórios, em defesa da sua memória coletiva, da transmissão de seus conhecimentos ancestrais e medicinais e dos valores e rituais da vida para seus filhos e filhas; em segundo lugar, apresenta-se como uma rede descolonizadora, anti-capitalista e anti-extrativista, engajada na luta contra os efeitos nocivos de atividades como a mineração, monocultivos, atividade petroleira e megaprojetos hidrelétricos; e, por fim, coloca-se como uma rede intercultural, que respeita a interação e a visibilidade das cosmovisões, saberes e idiomas dos povos panamazônicos, sem hierarquias culturais, crendo na justiça de gênero e no poder das alianças (ibidem).

Neste caso, os meios de atuação ciberativista da rede se dão em diferentes espaços: radiofônico, no site Pororoça Rede de Comunicador@s Amazonic@s e na página do *Facebook* CiberAmazonas, a qual será analisada mais a frente e, por outro lado, a partir da participação e cobertura de eventos de resistência de mulheres e de povos panamazônicos, sendo importante citar 4 participações em sua trajetória: marchas e atividades no VIII Fórum Social Panamazônico (2017), em Tarapoto, no Peru; La Cumbre de La COICA (2018); II Encontro de Mulheres Amazônicas, em Macapá, no Brasil e o IV Encontro de Mulheres Rurais do Equador (2018), na cidade de Esmeralda (RED POROROÇA, 2018).

## 5. Analisando as “CiberAmazonas” através das abordagens feministas de ativismo e ciberativismo transnacional

Em primeiro lugar, tanto o contexto de surgimento da rede CiberAmazonas (2017-2018) durante o VIII FOSPA quanto seus métodos de atuação nos permitem classificá-la como uma rede ativista transnacional, conforme a definição clássica sugerida por Keck e Sikkink. Todavia, a sua autoidentificação com a luta e o termo “feminismo”, incluindo seus princípios básicos de luta, a construção de pautas específicas ligadas ao protagonismo de mulheres e a advocacy pela desestabilização de estruturas de poder de masculinidade hegemônica e de caráter eurocêntrico na panamazônica, classificam a rede, também, como uma rede (ciber)feminista transnacional, segundo o modelo teórico de Moghadam (2015), no qual as redes feministas transnacionais são aquelas formadas por mulheres de mais de um país ou região que se mobilizam dentro da solidariedade coletiva para lutar pela melhoria da condição de vida das mulheres.

Cabe chamar a atenção para o fato de que diversas teóricas feministas, a exemplo de Youngs (2015), advertem que tanto as NTICs (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação) quanto o ciberespaço podem ser enxergados através de três abordagens, no que se refere ao ativismo de mulheres: (i) a internet como um espaço estritamente “técnico” e portanto masculino (androcêntrico); (ii) a internet em seu potencial para produzir contra-esferas públicas de fácil

acessibilidade para mulheres e a aproximações de solidariedade; e (iii) a internet como um espaço sem corpo (*bodiless space*), que ultrapassaria as construções binárias homem-mulher. Portanto, o presente artigo adota a segunda noção, à medida que atenta que a luta ativista das mulheres panamazônicas (da rede CiberAmazonas) percebe os espaços de comunicação digital *online* como espaços de ação que serão permeados pela suas corporalidades, experiências específicas, emoções e crenças interculturais, em nome dos direitos das mulheres amazônicas, suas comunidades e da natureza que protegem.

Não à toa, a rede coloca em seus Fundamentos Comunicacionais no *site* Red Pororoca Comunicador@s Amazônic@s (2017, sp): “transmitimos con lenguaje de género (...). Incorporamos la visión de género que es mostrar cómo todo afecta de manera diferenciada y desigual las vidas de las mujeres, proponiendo (...) nuevas formas de pensar y hacer”, enquanto acrescenta que “las producciones de cualquier tipo, multimediales, no serán neutrales ni imparciales. Son resultado del compromiso con los pueblos, las mujeres amazónicas y la Madre Naturaleza”.

Isto porque, à grosso modo, em 2017, a rede foi formada por 45 mulheres de origem indígena, quilombola, urbanas, rurais e de comunidades tradicionais de diferentes países panamazônicos (Brasil, Colômbia, Equador e Peru), que viram nos meios de comunicação comunitários e alternativos ferramentas para “denunciar e transformar realidades que são injustas para mulheres, suas famílias e suas comunidades” (no formato radiofônico, participação de eventos e produção de conteúdo na página do *Facebook* “CiberAmazonas”), partindo do reconhecimento que, no território panamazônico, as mulheres têm em comum a naturalização de três tipos de violência: sobre seus corpos, seus territórios e sobre suas culturas.

**Figura 2** - Página do *Facebook* das CiberAmazonas.



Fonte: *Facebook* das CiberAmazonas (2018).

Destarte, no que se refere à Página de *Facebook* da rede transnacional CiberAmazonas (Fig. 3) – que, atualmente, tem 353 curtidas –, foram observados elementos generificados, a exemplo da ênfase das postagens próprias na cobertura do protagonismo de mulheres amazônidas em eventos e divulgação de convocatória para mulheres indígenas, intensificaram-se ainda mais quando foram avaliados os conteúdos ligados às cinco *hashtags* de uso mais frequente na página: #Alerta, #ComunicaciónAmazonica, #Peru, #Justicia e #Colombia (Tabela 1).

**Tabela 1** - Categorização em torno do uso das cinco *hashtags* mais frequentes na página CiberAmazonas (2018).

HASHTAG	FORMATO	TIPO	CONTEÚDO
#Alerta	Texto (espanhol) (7), vídeo (1)	Matéria, campanha (1)	Delitos ambientais; denúncia para a proteção de áreas amazônicas; violência contra mulheres defensoras da natureza; questões climáticas; relato de solidariedade aos povos; violência contra líderes comunais; violência contra vidas awajún.
#Comunicación Amazonica	Vídeo (1), Fotos (1), Texto (espanhol) (2)	Matérias	Comunicação Sapara; Saúde emocional na comunicação amazônica; comunicadores indígenas em defesa do território.
#Peru	Vídeo (1) Texto em Espanhol (1)	Matéria; Campanha	Campanha para remediação de áreas e comunidades impactadas pela atividade petrolífera na Amazônia; importância do rio Wachik para a comunidade Shuar.
#Justicia	Vídeo (1), Texto em espanhol (2)	Matérias	Assassinato da liderança Olivia Arévalo; Assassinato da liderança Juana Raymundo na Guatemala; Assassinato da liderança María Del Carmen Moreno.
#Colombia	Textos em espanhol (2)	Matérias	Empoderamento de mulheres dos povos originários Okaína, Huitoto, Muinane y Bora de La Chorrera; Assassinato a líder comunal; comunicado de apoio à Organização Nacional Indígena da Colômbia

Fonte: elaboração própria.

Através das *hashtags*, notou-se a recorrência das temáticas que entrelaçam questões de luta ambiental à segurança alimentar e atuação protagonista de mulheres panamazônicas, bem como as denúncias de mega projetos predatórios e luta contra a violência de ativistas mulheres da região. Tais dados complementam os princípios comunicacionais das CiberAmazonas (2017), que afirmam que seu ativismo atua desde uma forma própria de produzir comunicação, levando em conta diversos elementos:

[...] As emoções das mulheres, da vida concreta e cotidiana, das vozes silenciadas, do sofrimento pela alteração da existência de suas famílias e comunidades devido a novas invasões e exploração de recursos naturais como petróleo, mineração, palma de óleo, megaprojetos e outros que os privam de seus lugares ancestrais. Para as guerras e pós-guerras que não levam em conta a situação de violência contra as mulheres, meninas exploradas sexualmente, tráfico de pessoas, tráfico de drogas. [...] A rede denuncia as violações ao nosso corpo-território onde a violência do sistema patriarcal que subordina as mulheres toma lugar. E as do território-lugar, espaço da memória coletiva, da subsistência, dos rituais de vida e morte, da transmissão do saber medicinal ancestral, da continuação da vida de nossos filhos e filhas. Onde forjamos nossas identidades [...] (RED POROCA, 2017, sp, tradução nossa).

Esse posicionamento das CiberAmazonas se mostra importante, porque, como colocam as teóricas feministas pós-coloniais Gajjala e Mamidipudi (1999) em seu artigo “Cyberfeminism, technology, and international 'development'”, diversas representações online e de ciberativismo ainda alimentam as falsas dicotomias do discurso “mundo desenvolvido/mundo subdesenvolvido”, o qual está carregado do legado colonial que justifica a busca por um modelo linear e, por vezes, predatório de desenvolvimento pelos países e regiões; questão que se mostra particularmente preocupante quando se considera o histórico de exploração nos países da panamazônica, na lógica de implementação dos chamados “Mega Projetos” e os seus impactos violadores no modo de vida das populações tradicionais.

Em consequência, a rede feminista CiberAmazonas faz uso e se dissemina justamente devido ao que Gillian Youngs (2015) chama de criação de “esferas públicas digitais” em contraposição às esferas públicas tradicionais, ambientes políticos altamente dominados por homens (ainda que em níveis menores que no passado). O ciberativismo feminista dessa rede, portanto, se situa no fortalecimento da “ocupação” e dos trânsitos de mulheres dentro das esferas públicas digitais, para que tais mulheres (aqui neste caso, as de origem panamazônica) passem a se conectar umas com as outras, com a sociedade civil e, com isso, acabam transformando drasticamente os padrões comunicativos no sistema internacional na lógica binária norte-sul, em que apenas mulheres brancas e classe alta têm acesso e domínio do discurso ativista.

Pelo contrário, ao evocar a divulgação de conteúdo das mulheres panamazônicas por elas próprias, as CiberAmazonas assumem um compromisso político com potencial para erodir as generalizações identitárias e as colonialidades estereotípicas que são negativamente impostas sobre mulheres da região – “exóticas, ignorantes, domésticas, passivas, selvagens, sexualizadas”, como bem questiona Chandra Mohanty (2008) –, entre outros imaginários sexistas coloniais presentes na panamazônia.

Neste âmbito, as postagens das CiberAmazonas contribuem na criação e disseminação da própria ideia das mulheres da região como pessoas políticas, engajadas e fora dos estereótipos impostos no imaginário ocidental – que inferioriza suas tradições culturais, cosmovisões e noções de desenvolvimento comunitário pluricultural (termo utilizado pela rede).

Mais detalhadamente, durante a presente pesquisa, foram filtradas todas as postagens que fizeram o uso do termo “mulher” (ou mujer), para identificar o conteúdo possivelmente generificado dessas postagens e os assuntos prioritários da página do *Facebook* CiberAmazonas, que foram: (i) participação das CiberAmazonas em eventos do continente latino; (ii) denúncias de violência contra a mulher amazônica (em contexto mineiro, petrolero e de luta agrária); (iii) empoderamento e visibilidade da arte de mulheres indígenas; (iv) mulheres defensoras da natureza; (v) convocatória de oportunidades para mulheres indígenas; (vi) mulheres na defesa das línguas originárias e da cultura; e (vii) casos de luta ativista no globo.

Logo, considerando as complexidades da agenda das CiberAmazonas, que compartilha grandes semelhanças com as pautas de luta das mulheres da América Latina e da Panamazônia, é possível observar uma quantidade relevante de limitações teóricas no modelo das Teorias Feministas Transnacionais de Moghadam (2015), uma vez que a autora oferece em seu modelo apenas 4 tipos contemporâneos de Redes Feministas Transnacionais (RFT), que pouco levam em conta esses desafios regionais expostos pelas CiberAmazonas. Assim, entre os 4 tipos de RFT da autora, estão: (i) aquelas que têm como alvo a agenda da política econômica neoliberal; (ii) as que enfocam o perigo

dos fundamentalismos e insistem nos direitos humanos das mulheres, especialmente no mundo muçulmano; (iii) grupos de paz das mulheres que visam a luta em contextos de conflito internacional e guerras; e (iv) redes engajadas no humanitarismo feminista e na solidariedade internacional.

Em contrapartida, na luta das CiberAmazonas, em sua complexidade de pautas e diversidade étnica, observa-se que as mesmas apresentam níveis de influência pouco explorados nos modelos teóricos feministas tradicionais, como o de Moghadam (2015), já que estes trazem poucas ferramentas para tratar dos significados simbólicos da produção de conteúdo ciberativista. Contudo, apesar de tais limitações, foram identificados níveis de influência do tipo *grassroots organizing* – em mobilizações contra Estados violadores, através de coalizões regionais; construção de coalizão, visando mobilizar, treinar e recrutar a sociedade civil na luta ativista; de solidariedade internacional e de protestos públicos (Tabela 2).

**Tabela 2** - Formas de atuação das CiberAmazonas

<b>NÍVEL DE INFLUÊNCIA DA REDE FEMINISTA</b>	<b>CIBERAMAZONAS (2017 - 20 18)</b>
<i>Grassroots organizing</i> - mobilizar pressões contra Estados através de coalizões regionais.	X
Pesquisa e Análise - criação de uma agenda de publicações e pesquisas, para denunciar/influenciar a ampliação de entendimento de um fenômeno ligado às mulheres.	-
<i>Lobbying</i> .	-
<i>Public advocacy &amp; education</i> - participar de fóruns multilaterais e arenas políticas intergovernamentais.	-
Construção de coalizão - mobilizar, recrutar e treinar a participação da sociedade civil em diferentes esferas	X
Ação Humanitária.	-
Solidariedade internacional.	X
Protestos públicos.	X

Fonte: Elaboração própria, conforme modelo teórico da Moghadam (2015).

Em continuidade a estas limitações, nos princípios das CiberAmazonas está o fato de que a rede “desenvolve sua proposta comunicativa de modo horizontal, de acordo com o pensamento próprio de cada uma e da coletividade. Estabelece uma aliança com outras redes, mulheres ou mistas (...)”. Explica-se que tal rede atua dentro do formato sociospatial de Youngs (2015), processo no qual as NTICs (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação) abrem possibilidades de relacionamento político e comunicacional em caráter horizontalizado para as mulheres ativistas, contrariando a restrição vertical (e masculinizada) dos processos de comunicação no globo. Logo, enquanto estruturas geospaciais enfatizam tendências verticais de poder de cima pra baixo, as configurações sociospaciais coadunam para formas de ação e comunicação, podendo ser possíveis perturbadoras de estruturas de poderes patriarcais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo de caso de resistência da rede feminista ciberativista das CiberAmazonas, é reiterada a ideia de que, dentro de suas limitações, as NTICs podem fortalecer o empoderamento de mulheres, ativistas, favorecendo o reconhecimento da solidariedade transnacional e de identidades coletivas entre mulheres, de modo a conduzir para o centro discussões que estavam marginais nas esferas públicas tradicionais e construir alianças entre mulheres, instituições, projetos e campanhas atuantes em diferentes (ou múltiplos) países.

Todavia, ressalta-se aqui a relevância do diálogo teórico realizado entre as abordagens feministas tradicionais de Moghadam (2015), as reflexões de ciberfeminismo de Youngs (2015) e as teorias feministas pós-coloniais de mulheres do sul global – uma vez que os dois primeiros apresentam vastas limitações das interpretações dessas manifestações de resistência.

Ademais, o caso das CiberAmazonas denuncia, à grosso modo, que é possível transpor as barreiras de acesso no meio digital e tratar as lutas ativistas reconhecendo formas de opressão que se entrelaçam a outras problemáticas muito além da tríade raça-gênero-classe social no contexto da Panamazônia.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA PULSAR, 2017. *Protagonismo das mulheres e democratização da comunicação estão entre os destaques da carta de tarapoto*. Disponível em: <<http://brasil.agenciapulsar.org/mais/politica/brasil-mais/protagonismo-das-mulheres-e-democratizacao-da-comunicacao-estao-entre-os-destaques-da-carta-de-tarapoto/>>. Acesso em: 26 de jan. 2019.
- ALCÂNTARA, Lívia M. Ciberativismo e a Dimensão Comunicativa dos Movimentos Sociais: repertórios, organização e difusão. *Política & Sociedade*, Florianópolis - Vol. 15, 2016.
- AMAZÔNIA REAL, 2017. *Escutar o chamado da floresta: VIII Fórum Social Panamazônico*. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/escutar-o-chamado-da-floresta-viii-forum-social-panamaznico/>>. Acesso em 28 de jan. 2019.
- FOSPA, 2017a. *Mira el canal de tv del fospa*. Disponível em: <<http://www.forosocialpanamazonico.com/pt/mira-el-canal-de-tv-del-fospa-24-horas/>>. Acesso em: 26 de jan. 2019.
- FOSPA, 2017b. *Tribunal de mulheres julga casos emblemáticos de violações no Fórum Social Panamazônico*. Disponível em: <<http://www.forosocialpanamazonico.com/pt/tribunal-de-mulheres-julga-casos-emblematicos-de-violacoes-no-forum-social-panamazonico/>>. Acesso em: 26 de jan. 2019.
- GAJJALA, Radhika; MAMIDIPUDI, Annapurna. Cyberfeminism, technology and International development. *Gender and Development*, vol. 7, nº 2, 1999.
- MARQUES, Brenda. A atuação do movimento Ni Una Menos como rede (feminista) de ativismo transnacional na luta contra a violência de gênero na Argentina (2014 - 2016). *Fronteira: Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais*. Belo Horizonte, Vol. 18, nº 35, 2019.
- MOGHADAM, Valentine. Transnational Feminist Activism and Movement Building. In: BAKSH, Rawida; HARCOURT, Wendy (Org). *The Oxford Handbook of Transnational Feminist Activism*. Oxford: Ed. Oxford, 2015.

- MOHANTY, Chandra Talpade. “Bajo los ojos de occidente”. In: NAVAZ, Liliana Suarez; HERNÁNDEZ, Aída. *Descolonizando el feminismo: Teorías y prácticas desde los margenes*. Madrid: Editora Cátedra, 2008.
- OLÍVIA, Perez; RICOLDI, Arlene. A quarta onda do feminismo?. *42º Encontro Anual da ANPOCS, GT8 - Democracia e desigualdades, Caxambu - MG, 2018*.
- RED POROROCA, 2018. *CiberAmazonas en la IV Cumbre de La Coica*. Disponível em: <<http://pororoca.red/es/2018/06/17/ciberamazonas-en-la-iv-cumbre-de-la-coica/>>. Acesso em: 26 de jan. 2019.
- RED POROROCA, 2018. *Principios da rede CiberAmazonas*. Disponível em: <<http://pororoca.red/es/ciberamazonas/principios-de-la-red-ciberamazonas/>>. Acesso em: 26 de jan. 2019.
- ROCHA, Fernanda de Brito Mota. *A quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo digital*. Dissertação (Mestrado), Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UNISINUS, São Leopoldo - RS, 2017.
- ROTH, Julia. A legible face on facebook? Decolonializing gender and race in cyberspace. *Belgian network for gender studies*, Bruxelas, 2011.
- SIKKINK, Kathryn; KECK, Margaret E. *Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*. Ithaca e Londres: Cornell University Press. 1999.
- TRAVERS, A. Parallel Subaltern Feminist Counterpublics in Cyberspace. *Sociological Perspectives*, Canadá, Volume 46, No. 2. 223-237, 2003.
- YOUNGS, Gillian. Digital Transformations of Transnational Feminism. In: BAKSH, Rawida; HARCOURT, Wendy (Org). *The Oxford Handbook of Transnational Feminist Activism*. Oxford: Ed. Oxford, 2015.
- YOUNGS, Gillian. Virtual Voices: Real Lives. In: HARCOURT, Wendy. *Women@Internet*, Londres: Ed. Zed, 55–68, 1999.